

❖ ENTREVISTA

Procurador do Tribunal Regional do Trabalho defende regulamentação do direito de negociação coletiva ao servidor público desvinculada do direito de greve

A Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT é tema de extrema relevância para os trabalhadores do serviço público, no país, e trata sobre o direito à sindicalização e as relações de trabalho na administração pública. Mesmo ratificado e promulgado pela presidência este ano, o tratado é válido por estabelecer apenas princípios, mas não há lei que regulamente, de fato, os direitos relacionados à sindicalização dos servidores públicos brasileiros.



O Procurador-Chefe do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Ceará), Francisco Gerson Marques de Lima (foto à esquerda) foi um dos palestrantes do Seminário realizado este mês (nos dias 9 e 10 maio, em Brasília - DF) com a temática “A democratização do Estado e a participação dos atores sociais – práticas antissindiciais e regulamentação da Convenção 151 da OIT”. O jurista concedeu entrevista exclusiva ao Sinasefe, no qual defendeu que o diálogo é a forma mais democrática de se chegar a soluções efetivas, o que possibilita acertos e evita conflitos, a exemplo das greves. O doutor em direito público e também coordenador da Conalis (Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical) acredita que a discussão sobre o direito de greve não deve ser vinculado nessa mesma ocasião. Confira a entrevista a seguir:

Sinasefe - Qual a perspectiva de benefícios para os servidores, se regulamentado o direito de negociação e contratação coletiva?

Gerson - Entendo que um bom diálogo pode evitar greves ou pôr fim a elas, além de ensinar melhor conhecimento mútuo para que ambas as partes, servidores e Administração, possam chegar a consenso sobre salários e condições de trabalho. As soluções negociadas tendem a ser respeitadas e cumpridas espontaneamente, sem necessidade de ações judiciais, primando pela celeridade e efetividade. Por meio da Convenção 151, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) recomenda, exatamente, isto aos países signatários, sendo o Brasil um dos que ratificaram esse Tratado Internacional.

Sinasefe - Desde 1978 o tratado foi estabelecido, em 2010 ratificado; e recentemente foi promulgado. Então, o que falta para que esses direitos sejam garantidos?

Gerson - A Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho já está em vigor, não carecendo de regulamentação para que os sindicatos e a Administração possam negociar. Não há nenhum empecilho para que ocorram, de logo, negociações coletivas no Poder Público, de todos os níveis, em todos os Poderes. O que se pode regulamentar, para aperfeiçoar a Convenção 151 e adequá-la à realidade brasileira, são temas periféricos, como a explicitação do tempo para negociação, a definição da periodicidade negocial (Mesas Permanentes de Negociação), esclarecimento de locais de reuniões, tipos de procedimentos negociais etc.

Entendo a desnecessidade de que seja vinculada à aplicação da Convenção 151-OIT o tema da greve, o que ocorreria se houvesse o aproveitamento da oportunidade para regulamentar ou restringir a greve dos servidores públicos. Este é outro assunto, a ser tratada em outra norma, específica.

Encontros importantes mobilizam a base do Sinasefe esse final de semana

Nesse final de semana (24 a 26 de maio), o Sinasefe Nacional promove dois eventos de extrema relevância para os trabalhadores da educação federal, no intuito de estimular discussões relevantes e fomentar ações sindicais que sejam disseminadas nos estados. O VI Encontro Nacional do Coletivo Jurídico do Sinasefe acontece nos dias 24 e 25 de maio em Brasília; já o VII Encontro dos Servidores Civis das Instituições Militares de Ensino ocorrerá nos dias 24 a 26 de maio em Recife. Ainda neste domingo (26), está marcada a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, em Brasília, que reunirá as 11 entidades membros para tratar de temas comuns, como a data-base.

O Sinasefe Nacional deseja a todos os participantes excelentes debates que resultem em encaminhamentos efetivos para as problemáticas de cada segmento de temas.

Clique nos links abaixo e saiba mais!

- ✓ [VI Encontro Nacional do Coletivo Jurídico \(24 e 25 de maio, Brasília-DF\)](#)
- ✓ [VII Encontro dos Servidores Civis das Instituições Militares de Ensino \(24 a 26 de maio, Recife-PE\)](#)
- ✓ [Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais \(26 de maio, Brasília-DF\)](#)

DIEESE apresenta estudo que comprova a unidade sindical por meio de greves no ano de 2012

O percentual do número de greves envolvendo reivindicações trabalhistas teve aumento de 58%, representando o maior número desde 1996, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. O levantamento do departamento foi divulgado nesta quinta-feira (23), e apresentou comparativo com os anos anteriores, a exemplo de 2011, em que o número de greves no país atingiu 554 contra 873 greves realizadas em 2012. Os servidores públicos foram os que acumularam mais horas paradas (65,7 mil horas) em relação aos celetistas (21,2 mil horas), resultando na maior somatória de horas não trabalhadas desde 1991: 86,9 mil.

A reformulação de Plano de Cargos e Salários foi a reivindicação menos exigida (23%) e o reajuste salarial liderou os motivos de greve com 41%.

Esses dados representam a prova de que a união dos trabalhadores estimula mais pessoas a aderirem à luta por seus direitos e tem tendência a se potencializar ainda mais com o avançar dos anos. O trabalhador se encontra na era do acesso a informação, com bases sindicais fortalecidas e esclarecidas quanto aos ataques do patronado, dispostas a representar suas categorias e exigir melhores condições de trabalho.

Direção Nacional do Sinasefe participa de Assembleia da Seção Sindical Brasília (IFB)

Os diretores nacionais foram convidados pela Seção Sinasefe Brasília a participar de Assembleia Geral Extraordinária, na última quarta-feira (22). No encontro, a Diretoria Executiva da Seção trouxe ao conhecimento do Sinasefe Nacional casos de precariedade nas condições de trabalho nos câmpus de Brasília, a exemplo de laboratórios que colocam os trabalhadores em condições de risco. Foram citados casos de corrupção relacionados a esquemas de desvios de

recursos públicos. A prática de combate à participação sindical também atinge os servidores do Instituto Federal de Brasília – IFB, sendo constante a ocorrência de casos em que se exige a desfiliação como requisito para que os servidores possam assumir cargos de funções gratificadas.

Outras denúncias relatadas foram os casos de assédio moral, que se iniciaram no campus de Planaltina do Instituto Federal de Brasília, com servidores chantageados no período de seus estágios probatórios e comissões de ética instituídas como instrumento de perseguição.

O Sinasefe Nacional deixou clara a necessidade de tornar público esses abusos cometidos por parte da Reitoria e Direções dessa instituição, a medida em que a Direção Nacional já constatou que esses atos autoritários não são isoladas e que há diversas ações judiciais em tramitação que servem de exemplo para combater sua propagação.

A assembleia também tratou de questões específicas como a eleição para próximo mandato da Seção, elegendo uma comissão eleitoral para condução do pleito, e definição de representantes para o Seminário Nacional de Educação do Sinasefe, que será realizado nos dias 4 a 6 de julho desse ano, em Natal - RN.

Adiado o Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social do Sinasefe

A organização do Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social informa o adiamento do evento pelo motivo da coincidência de datas com a abertura da Copa das Confederações, o que inviabilizam horários e taxas de voos, bem como de reservas de hospedagem.

O Sinasefe Nacional está em avaliação da melhor data para encaixar o Encontro, que entende ser de extrema relevância para os trabalhadores da categoria; que tem probabilidade de ocorrer no segundo semestre desse ano.

Servidores de Tocantins reintegrados após acusação de acúmulo de cargos

A Assessoria Jurídica Nacional do Sinasefe comunica o sucesso na ação judicial que reintegrou dois servidores do Câmpus de Araguaína do Instituto Federal de Tocantins - IFTO. Os docentes haviam sido demitidos, a partir de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, por possuírem outro cargo nesse estado (na área da Saúde), e para tanto, o IFTO alegava que os servidores exerciam o acúmulo de cargos, o que não poderia exceder 60 horas semanais.

Entretanto, os representantes jurídicos apresentaram defesa de que é possível o acúmulo dos cargos, conforme previsto na Constituição Federal, e diante dos documentos expostos no PAD não havia conflito de horários.

Na fase recursal administrativa, o Sinasefe compareceu à reunião do Conselho Superior que ocasionou empate na votação do caso; todavia, o Reitor votou novamente para desempatar e manter a demissão.

Diante do esgotamento da negociação administrativa, o Sinasefe recorreu à esfera judicial, na qual a 1ª Turma do TRF da 1ª Região reconheceu o direito dos docentes ao acúmulo de cargos, determinando a reintegração.

É uma grande vitória para restabelecer o direito previsto na constituição e legislação ordinária, bem como contra as arbitrariedades e entendimentos ilegais da Administração Pública.

Com informações de Valmir Floriano Vieira de Andrade (Assessoria Jurídica Nacional)

Seminário Nacional de Educação prorroga prazo para envio de teses

A data limite para envio de artigos referentes aos temas dos grupos de trabalhos do Seminário Nacional de Educação (de 4 a 6 de julho de 2013) foi prorrogado para 16 de junho de 2013. Esse material será compilado e postado no banco de textos/artigos do site do Sinasefe.

Os artigos devem ter no máximo com três páginas, espaço simples e fonte 12. Esses artigos estarão disponíveis no site do Sinasefe, bem como (em breve) no próprio portal do VIII Seminário, para servirem de fomento às discussões dos Grupos de Trabalho. Enviar os artigos para o e-mail: dn@sinasefe.org.br

AGENDA

EVENTOS	PERÍODO	LOCAL
Encontro Nacional Jurídico	24 e 25 de maio	Brasília - DF
Encontro dos Colégios Militares	24 a 26 de Maio	Recife – PE
Plenária Nacional dos SPF	26 de maio	Brasília - DF
Reunião Fórum das Entidades	28 de maio	Brasília - DF
Grupo de Trabalho Democratização Técnicos-administrativos	29 de maio	Brasília - DF
Seminário Nacional de Educação do Sinasefe	04 a 06 de julho/2013	Natal - RN

Site Sinasefe Nacional: <http://www.sinasefe.org.br/v3/>

Facebook Sinasefe: [Sinasefe Nacional](#)

Twitter Sinasefe: [@SINASEFE](#)

Responsáveis por este boletim: Samanta Lopes Maciel, José Carlos Souza, Luiz Gregório Martins, Eugênia Tavares Martins e Adolfo Miranda Oleare (Plantão de Base)

Jornalista: Jéssica Fernandes

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica –
SINASEFE

SCS, Quadra 2, Bloco C, sala 109/110 (Ed. Serra Dourada) Brasília- DF – CEP 70300-902

Telefone e Fax: (61) 2192-4050– e-mail: dn@sinasefe.org.br – www.sinasefe.org.br